EDITAL DE RESULTADO DE DILIGÊNCIA-CERATMARITUBA

A Ilma. Sra. Márcia Maria Costa Santos, Coordenadora Fazendária - CERAT MARITUBA, desta Secretariade Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 13 da Lei 6.182/98, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais da empresa abaixo discriminada, que atendendo solicitação da Julgadoria de Primeira Instância foi realizada diligência fiscal, cujo relatório com o resultado encontra-se anexo aos autos à disposição da empresa na Célula de Preparo para Julgamento da CERAT Marituba.

Razão Social: DAFAZENDA GOIÁS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Insc. Estadual: 15.259.558-9

PROCESSO/AINF: 012014510011939-4

O.S. DA DILIGÊNCIA: 092017820000442-0

Auditor Fiscal: Roberto Tamer Xerfan

Fica deste modo, reaberto o prazo de 30 (trinta) dias contados da data que se considera NOTIFICADO o contribuinte, na forma do artigo 14, 3º, III da lei nº 6.182/98, para interposição da nova impugnação junto a esta Coordenação de Marituba, localizada na Rod. BR 316, Km13, conforme estabelece a Lei Estadual nº6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Marituba, 04 de Abril de 2017

Márcia Maria Costa Santos

Coordenadora Fazendária-CERAT Marituba

Protocolo: 163408

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CERAT CASTANHAL

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Castanhã, desta Secretaria de Estado da Fazenda.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele tomarem conhecimento que fica intimado o sujeito passivo I E S INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA ME, Inscrição Estadual nº15.263.973-0 que o Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF nº 322014510001689-9, foi julgado IMPROCEDENTE em Primeira Instância, de conformidade com o Art.30, Inciso I, da Lei Estadual nº 6.182/98, para com fundamento nos Arts. 13, 14, 24, 27, caput e parágrafo único, 28 e 29, § 1º, dessa mesma Lei, ficando ciente desta decisão após 15 (quinze) dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, ficando garantida a redução da multa em 20% (vinte por cento) na forma do artigo 5º, § 2º, inciso III, da Lei nº6.182/98, com redação alterada através da Lei nº 7.078/07, salvo interposição de Recurso Voluntário, em igual prazo, ao Egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

GERDEN FERREIRA VIDA

COORDENADOR FAZENDÁRIO

Protocolo: 163279

O Ilmo. Sr. Coordenador Fazendário da CERAT Capanema,

no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos dos Artigos 11 da Lei nº 6.182/1998 e dos artigos 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto da Ação Fiscal de Programação em Profundidade de Exercício Fechado Dirigida/Especial nº 002016480000716-8-0 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte. Razão Social : CIAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.

Nome fantasia: CIAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA

Inscrição Estadual: 15.461.892-6

C.N.P.J: 00.055.699/0024-83

Endereço: ESTRADA BRAGANÇA/AJURUTEUA S/Nº

Bairro: ACARAJÓ

Cidade : BRAGANÇA

Auditor Fiscal solicitante: PAULO SÉRGIO DIAS MACHADO

Documentos solicitados:

BALANÇO DE PATRIMÔNIO

● DECLARAÇÃO COMPLETA DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA

● RECIBO DE ENTREGA DO ARQUIVO EFD - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

● ARQUIVO DE EFD DO PERÍODO

● COMPROVANTE DE ESTREGA DO ARQUIVO EFD- PERÍODO

● CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES

● DAE (S) DE RECOLHIMENTO DE TFRM

● DECLARAÇÃO DE INGRESSO DE MERCADORIAS NA SUFRAMA

● DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

● LIVRO DE REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS

● LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS

● LIVRO DE REGISTRO DE INVENTÁRIO

● LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDAS

● LIVRO DE REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE TERMOS DE OCORRÊNCIAS

● NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS

● NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS

● NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS - CANCELADAS

● RELAÇÃO DAS NFS. REF. AOSPAG. DE 1173

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.

Prazo de entrega dos documentos solicitados: 15 dias

Período de Ação Fiscal: de 09/2014 até 12/2015

Local p/ entrega da documentação: Rua João Pessoa, 109 - Centro - Capanema - PA, fone: (91) 3323-4478

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, culminará na imediata aplicação da penalidade prevista no art. 78, inciso IX, alínea "c" da Lei nº 5.530/89, ficando ciente, desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando os interesses do Erário Estadual.

ANTONIO JOSÉ BARROS LOBO FILHO

Coordenador Fazendário - CERAT Capanema

Protocolo: 163368

EDITAL DE RESULTADO DE DILIGÊNCIA-CERATMARITUBA

A Ilma. Sra. Márcia Maria Costa Santos, Coordenadora Fazendária - CERAT MARITUBA, desta Secretariade Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 13 da Lei 6.182/98, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais da empresa abaixo discriminada, que atendendo solicitação da Julgadoria de Primeira Instância foi realizada diligência fiscal, cujo relatório com o resultado encontra-se anexo aos autos à disposição da empresa na Célula de Preparo para Julgamento da CERAT Marituba.

Razão Social: DAFAZENDA GOIÁS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Insc. Estadual: 15.259.558-9

PROCESSO/AINF: 012014510011937-8

O.S. DA DILIGÊNCIA: 092017820000438-1

Auditor Fiscal: Roberto Tamer Xerfan

Fica deste modo, reaberto o prazo de 30 (trinta) dias contados da data que se considera NOTIFICADO o contribuinte, na forma do artigo 14, 3º, III da lei nº 6.182/98, para interposição da nova impugnação junto a esta Coordenação de Marituba, localizada na Rod. BR 316, Km13, conforme estabelece a Lei Estadual nº6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Marituba, 04 de Abril de 2017

Márcia Maria Costa Santos

Coordenadora Fazendária-CERAT Marituba

Protocolo: 163397

EDITAL DE INTIMAÇÃO**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte LOJAS JOMOVEIS LTDA, que cada Auto de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionado concluiu pelo indeferimento da impugnação, sem apreciação do mérito, em razão do disposto no artigo 26, II, da Lei Estadual nº 6.182/98.

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL
012016510005887-0	15.211.427-0
012016510005890-0	15.211.427-0
012016510005885-3	15.211.427-0

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte J R SANTOS AMÉRICO COMÉRCIO LTDA, I.E nº 15.285.519-0, que a análise do processo de Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 352015510008800-6 concluiu pelo indeferimento da impugnação, sem apreciação do mérito, em razão do disposto no artigo 26, II, da Lei Estadual nº 6.182/98.

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte B G SERVICE LTDA ME, que cada Auto de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionado foi julgado PROCEDENTE, ficando ciente da decisão após 15 dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL
012014510002880-1	15.264.223-4
012014510002878-0	15.264.223-4
012014510002881-0	15.264.223-4

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte TRIÂNGULO ALIMENTOS LTDA, I.E: 15.235.778-5 que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 092013510000534-0 foi julgado PROCEDENTE, ficando ciente da decisão após 15 dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte B CORREA DA SILVA EIRELI-EPP, I.E: 15.375.815-5 que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 012014510008753-0 foi julgado PROCEDENTE, ficando ciente da decisão após 15 dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte BR7-EDITORA E ENSINO LTDA, I.E nº 15.469.316-2 que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 012016510013561-0 foi julgado IMPROCEDENTE, com recurso de ofício ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, na forma do art. 30 da Lei 6.182/98.

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO.

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER que houve REVISÃO DE OFÍCIO do crédito tributário nos Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados, com fundamento no artigo 28, § 3º da Lei Estadual nº 6.182/98, para declará-los IMPROCEDENTES, deixando de recorrer ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, nos termos do artigo 30, I, do mesmo diploma legal e com fundamento nos artigos 13, 24 e 27.

032007510007710-4; 012015510009229-9.

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO.

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados IMPROCEDENTES, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

012015510000299-0; 012014510002540-3.

Belém (PA), 04 de abril de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

Protocolo: 163441

OUTRAS MATÉRIAS**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA**

(*) ACÓRDÃO N.5620- 2ª. CPJ. RECURSO N. 11204 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 18201151000021-0). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. ESTORNO PROPORCIONAL. NULIDADE. 1. Compete à autoridade lançadora o dever e o ônus de demonstrar e provar o cometimento da infração imputada ao sujeito passivo. 2. É nulo o auto de infração lavrado